

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO KEB HANA DO BRASIL S.A.					(Em milhares de reais)				
* continuação									
Apresentamos a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:									
31/12/2022									
Nível de risco		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Nível de risco		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Nível de risco		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Total									
31/12/2021									
Nível de risco		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Nível de risco		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Total									
31/12/2022									
Nível de risco		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Nível de risco		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Total									
c. Despesas operações de empréstimos e repasses									
Despesas operações de empréstimos e repasses:									
Total									
13. Contingências: Refere-se a uma ação trabalhista movida por ex-empregado, classificação como risco de perda provável, para a qual foi constituída uma provisão no montante de R\$ 106 (R\$ 233 em 31 de dezembro 2021). O Banco KEB Hana não possui contingências classificadas como possível em 2022 e 2021.									
Movimentação da provisão: 31 de dezembro 2021 Adição/ Saldo Final (Reversão) 31 de dezembro 2022 Saldo Final									
Provisão para Contingências Trabalhistas									
14. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social:									
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social									
Adições:									
Provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos									
Provisão para contingências									
Outros									
Exclusões									
Reversão provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos									
Reversão passivo contingência									
Base de cálculo dos tributos									
Alíquota base (15% para IRPJ)									
Alíquota adicional (10% para IRPJ)									
Alíquota base (20% para CSLL)									
Alíquota base (25% para CSLL)									
Alíquota base (1% para CSLL)									
Despesa corrente									
Imposto e Contribuição a compensar ¹									
Despesa diferida									
Total									
¹ Valor referente à solicitação de PER/DCOMP "Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento e Declaração de compensação" pedido homologado via e-cac em 21/11/2022									
b. Crédito tributário: O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucro tributáveis fundamentada em estudo técnico de viabilidade. (i) Natureza e origem do ativo fiscal diferido:									
Base de Cálculo									
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito									
Passivo contingente									
Outros									
Total									
Cálculo Crédito Tributário									
IR -25%									
CS-20%									
Total									
(ii) Expectativa de realização, conforme base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:									
Exercícios Expectativa de realização por exercício Valor presente ¹									
2023 2022 2021									
(iii) Movimentação do ativo fiscal diferido:									
Saldo no início período									
Constituição no período									
Reversão/Realização no período									
Saldo no fim do período									
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)									
¹ O ativo diferido a valor presente foi utilizado a taxa Selic de 31 de dezembro de 2022 (17,75% a.a.)									
15. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social está representado por 126.351 (126.351 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00, totalmente subscritas e integralizadas na data do balanço.									
b. Reservas de lucros: • Legal - É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social; • Outras - É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. c. Dividendos: O estatuto do Banco prevê a distribuição em cada exercício de um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total.									
16. Despesas com pessoal:									
2º Semestre de 2022 2022 2021									
Despesas com honorários									
Despesas com proventos									
Despesas com encargos sociais									
Despesas com benefícios									
Despesas com treinamentos									
Total									
17. Outras despesas administrativas:									
2º Semestre de 2022 2022 2021									
Despesas de alugueis									
Despesas de processamentos de dados									
Despesas de serviços técnicos especializados									
Outras despesas administrativas									
Despesas de comunicação									
Despesas de propaganda e publicidade									
Despesas de publicações									
Despesas de promoção e relações públicas									
Despesas de serviços do sistema financeiro									
Despesas de viagem ao exterior									
Despesas de depreciação									
Despesas de serviços de vigilância e segurança									
Despesas de amortização									
Despesas de transportes									
Despesas de manutenção e conservação de bens									
Despesas de água energia e gás									
Despesas de seguro									
Despesas de viagem no país									
Despesas de serviços de terceiros									
Total									
18. Despesas Tributárias:									
2º Semestre de 2022 2022 2021									
Despesas tributárias									
Despesas tributos municipais									
Despesas COFINS									
Despesas PIS									
Total									
DIRETORIA									
A Diretoria									
CONTADOR									
Sérgio Augusto Macedo Silva - CRC 1SP 206500/O-4									

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
À Diretoria do Banco KEB Hana do Brasil S.A. - São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KEB Hana do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KEB Hana do Brasil S.A. ("Banco") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a									

este respeito. Responsabilidade de Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações fal-	<p>sas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 24 de março de 2023</p> <p>KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP027685/O-0 F SP</p> <p>Luciana Liberal Sâmia Contadora - CRC 1SP198502/O-8</p>
--	--

<p>Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/</p>
